



IDECAN

800 Questões Gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	89

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	36

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	27

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	30

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

SUMÁRIO



1. (IDECAN - 2024)

Uma das principais dificuldades da ortografia da língua portuguesa reside na grafia correta do fonema /s/, que pode ser representado por “c”, “ç”, “ss”, “sc”, “sç”, “x” ou mesmo “xc”. Sabendo disso, assinale abaixo a única das alternativas em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- (A) Algumas pessoas fazem loucuras na busca pelo rejuvenecimento.
- (B) Todos, sem excessão, ficaram encantados com a palestra.
- (C) Aquela doença gerava uma dor escruciente.
- (D) O réu estava conciente de que seria condenado.
- (E) O árbitro teve uma atuação condescendente com a violência no jogo de ontem.

2. (IDECAN - 2022)

Considerando as regras da reforma ortográfica (2009), assinale a alternativa em que todos os itens estão adequados com essas regras.

- (A) Anéis; heróico; creem; pastéis.
- (B) Contrarregra; capimaçu; sub-reitor.
- (C) Contra-atacar; antissociável; cor-de-rosa; minissaia.
- (D) Microonda; pró-reitoria; contrabalançar.
- (E) Sub-região; assembléia; pé-de-meia.

3. (IDECAN - 2025)

BIÓLOGO CRIA SACOLA QUE SE TRANSFORMA EM COMIDA PARA PEIXES

Kevin Kumala criou o produto após observar a imensa quantidade de acúmulo de lixo nos mares

Um dos produtos que mais poluem os oceanos e os rios é o plástico, que se tornou uma grande dor de cabeça para os ambientalistas. Para diminuir o impacto negativo desse material no ecossistema, um biólogo da Indonésia desenvolveu uma sacola feita de mandioca, que, ao ser jogada no mar e nos rios, pode servir de alimento para os peixes.

Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem a Bali, ilha em que nasceu, após retornar dos Estados Unidos, e observar a imensa quantidade de acúmulo de lixo na região. Kumala possui uma empresa de canudos, sacolas e talheres, todos feitos com materiais biodegradáveis, que se desfazem em até 100 dias.

A sacola foi um dos seus últimos produtos criados. O site da empresa Avani ressalta que, desde 2016, quando foi criada, evitou-se a fabricação de três toneladas de produtos não sustentáveis. “Nós buscamos continuamente nos tornar uma ponte para ajudar e para encorajar comunidades e negócios a produzirem iniciativas que gerem um impacto sustentável para o meio ambiente. Encorajando o uso do termo ‘responsável’ como um valor central dos três fatores-chave: reduzir, reutilizar, reciclar”, destaca a página da Avani na internet.

Kumala assinala que suas sacolas são fortes, resistentes e têm a mesma elasticidade comparada às que são feitas de plástico. “Nossos sacos de mandioca de tamanho médio podem transportar até 8 libras (3,5 kg) de produtos secos”, explica, em uma postagem do Instagram da empresa.

Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/02/10/interna_ciencia_saude,827050/biologo-cria-sacola-que-setransforma-em-comida-para-peixes.shtml.

**1. (IDECAN - 2022)**

Ao se jogar dois dados convencionais, determine a probabilidade da soma dos resultados ser o número 7.

(A) $P = \frac{1}{2}$

(B) $P = \frac{1}{3}$

(C) $P = \frac{1}{4}$

(D) $P = \frac{1}{5}$

(E) $P = \frac{1}{6}$

2. (IDECAN - 2022)

Um estudo realizado no Reino Unido diz que a probabilidade de um acidente aéreo é de um a cada 67 mil voos, e que a chance de um acidente com morte ocorrer é de um para cada 345 mil voos. Já estudo realizado nos Estados Unidos, pelo Departamento Nacional de Segurança nos Transportes, analisou todos os acidentes aéreos ocorridos entre 1983 e 2000 e descobriu que de 53.487 pessoas envolvidas em acidentes, 51.207 sobreviveram.

Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/voce-sabia/qual-o-real-risco-demorte-em-um-acidente-aereo,b4faca1fe1737310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.htm>

Analisando o texto podemos concluir que

(A) olhando para a probabilidade dos eventos, o risco de morte em um acidente aéreo é máximo, chegando a ter probabilidade $P = 1$.

(B) olhando para a probabilidade dos eventos, os riscos de um acidente aéreo acontecer são baixos, e que mesmo acontecendo o risco de morte é ainda menor.

(C) segundo o estudo realizado no reino unido, a probabilidade de um acidente aéreo ocorrer é de $P = \frac{1}{67}$.

(D) segundo o Departamento Nacional de Segurança nos Transportes entre 1983 e 2000, descobriu que a probabilidade de uma pessoa envolvida em um acidente aéreo morrer, é de $P = \frac{53.487}{51.207}$

(E) segundo o Departamento Nacional de Segurança nos Transportes entre 1983 e 2000, descobriu que a probabilidade de uma pessoa envolvida em um acidente aéreo sobreviver, é de $P = 1$, um evento certo.



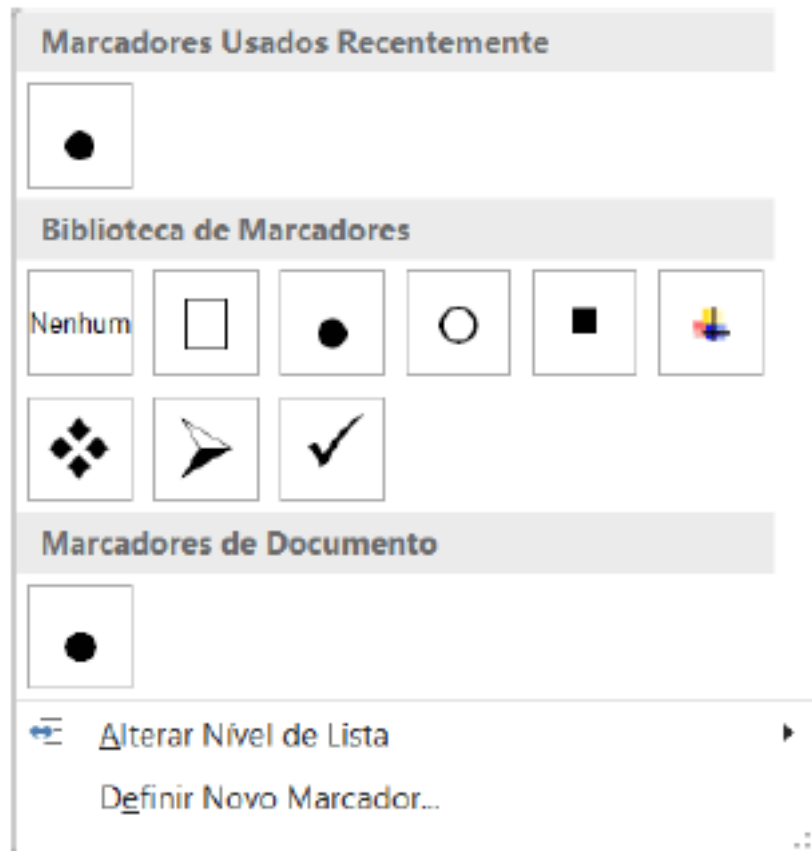
1. (IDECAN - 2025)

Durante a preparação de um relatório no Microsoft Word 2021, um usuário deseja configurar o documento para que cada novo parágrafo inicie com um recuo automático de 2 cm, sem utilizar a tecla Tab e sem precisar configurar manualmente cada parágrafo. Para isso, o procedimento que deve ser realizado é

- (A) acessar o menu Revisão, ativar o Controle de Alterações e modificar o espaço inicial de cada parágrafo para 2 cm.
- (B) acessar o menu Layout, selecionar Parágrafo e definir o valor de recuo especial como Primeira linha, ajustando para 2 cm.
- (C) acessar o menu Exibir, selecionar Ferramentas de Parágrafo e alterar o espaçamento entre linhas para 2 cm.
- (D) acessar o menu Inserir, escolher a opção Recuo e ajustar a margem esquerda para 2 cm.
- (E) acessar o menu Design, aplicar um Estilo de Parágrafo e modificar o alinhamento do texto para Recuado.

2. (IDECAN - 2024)

No que se refere aos recursos do editor de textos Word 2019 BR, o acionamento de um ícone da Faixa de Opções nas opções que correspondem à guia “Página Inicial” da Barra de Menu, possibilita a criação de uma lista de marcadores simbólicos, mostrados na figura abaixo.





1. (IDECAN - 2025)

Com base nos princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira, marque a alternativa **correta**.

- (A) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, sendo facultativa a participação dos Municípios.
- (B) A dignidade da pessoa humana e o pluralismo político não estão entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito.
- (C) Todo o poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos.
- (D) A independência nacional e a intervenção humanitária são princípios que regem as relações internacionais do Brasil
- (E) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

2. (IDECAN - 2025)

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. De acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, “[a] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana”. Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve o conceito de dignidade da pessoa humana.

- (A) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- (B) É apenas um princípio fundamental no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- (C) É apenas uma norma legal no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- (D) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas crianças e adolescentes devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
- (E) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas os maiores de 18 anos devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.

3. (IDECAN - 2023)

Nos termos do art.1º da CRFB é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

- (A) a soberania social; a cidadania; igualdade, a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde e o pluralismo político.
- (B) a soberania internacional; a cidadania; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a singularidade política.



1. (IDECAN - 2026)

Em uma unidade administrativa, o Assistente em Administração recebeu demanda para redigir portaria que altera o fluxo de tramitação de processos e preparar sua divulgação no portal institucional. A chefia solicitou que a notícia traga nome e foto do dirigente responsável e que a portaria comece a produzir efeitos imediatamente, sem publicação oficial. À luz dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a providência a ser adotada consiste em:

- (A) providenciar a publicação oficial do ato e divulgar a medida com caráter informativo, sem nomes ou imagens de promoção pessoal, mantendo sigilo apenas nas hipóteses previstas em lei.
- (B) encaminhar a portaria por correio eletrônico interno e aplicá-la de imediato, pois a ciência dos servidores supre a publicação oficial e atende à necessidade de rapidez do setor.
- (C) divulgar a portaria no portal institucional com nome e foto do dirigente, para reconhecer a gestão e motivar a equipe, desde que o conteúdo do ato tenha autorização legal.
- (D) restringir a divulgação do ato aos envolvidos e decretar sigilo por conveniência, garantindo eficiência com aplicação imediata mesmo sem publicação oficial, ainda que o ato produza efeitos externos.

2. (IDECAN - 2026)

Na unidade de recursos humanos, um servidor solicitou que a chefia conceda um benefício funcional “por costume do setor”, sem a indicação da norma que o preveja. Ao auxiliar na instrução do processo e orientar a decisão, o Assistente em Administração buscou aplicar o princípio da legalidade, evitando que o ato seja anulado. À luz desse princípio, a orientação ao setor consiste em:

- (A) Autorizar a solicitação com base na necessidade do setor e na utilidade do serviço, registrando a decisão nos autos e alegando que, na ausência de vedação expressa, a Administração pode inovar o procedimento.
- (B) Autorizar o procedimento após concordância formal da chefia, considerando suficiente a decisão interna para legitimar o ato administrativo.
- (C) Aplicar ao órgão a mesma lógica do particular, praticando o ato quando não existir proibição expressa em lei, inclusive para atender pedidos urgentes e ajustar rotinas do setor.
- (D) Conferir se há lei ou regulamento que autorize o ato e, existindo autorização, instruir o processo e formalizar a providência dentro dos limites previstos, para evitar anulação.

3. (IDECAN - 2025)

Esse Princípio constitui pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública, que deve obedecer não somente à lei jurídica, mas também a padrões éticos que podem ser estabelecidos em cada instituição. A violação desse Princípio pode eventualmente configurar infração disciplinar e, em casos mais graves, improbidade administrativa. Nesse sentido, o texto refere-se ao Princípio da

- (A) Legalidade.
- (B) Publicidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Eficiência.



1. (IDECAN - 2021)

O gerenciamento de recursos materiais, administração de recursos materiais ou suprimentos constituem a totalidade dos fluxos de materiais de uma organização de saúde, compondo um processo com as seguintes atividades principais, respectivamente. Assinale a alternativa correta.

- (A) compra, recepção, armazenamento, programação, distribuição e controle.
- (B) programação, compra, recepção, armazenamento, distribuição e controle.
- (C) programação, compra, armazenamento, recepção, controle e distribuição.
- (D) compra, programação, armazenamento, recepção, controle e distribuição.

2. (IDECAN - 2024)

Considere uma empresa multinacional que opera em diversas regiões geopoliticamente instáveis. Recentemente, análises preditivas indicaram uma possível elevação significativa nas tensões políticas em um desses locais, o que pode afetar diretamente as operações da empresa. Neste contexto, a medida adequada para minimizar os impactos financeiros e operacionais, considerando a análise de tendências futuras, seria:

- (A) Reduzir toda a produção na região afetada.
- (B) Diversificar as cadeias de suprimentos e as rotas de distribuição.
- (C) Concentrar as operações na região mais estável identificada.
- (D) Aumentar o investimento em marketing na região para reforçar a presença da marca.

3. (IDECAN - 2025)

Aquilo que é feito está relacionado com a eficiência (a ação) e aquilo que é alcançado refere-se à eficácia (o resultado). Nesse sentido, podemos definir a eficácia como

- (A) medida de alcance dos objetivos ou resultados.
- (B) modo de utilizar os recursos da melhor forma, ao meio de se fazer e a fazer bem alguma tarefa.
- (C) conceito que se relaciona à capacidade de produzir efeitos/ impactos no longo prazo.
- (D) ato de minimizar custos sem comprometimento da qualidade, considerando todas as alternativas disponíveis no mercado.
- (E) conceito que relaciona os meios e os métodos.

4. (IDECAN - 2022)

As organizações realizam as suas funções, adquirindo e usando recursos, para desenvolver e fornecer produtos e serviços, com o objetivo de atender as necessidades e resolver os problemas de seus usuários. Neste cenário, duas palavras são usadas para medir o desempenho de uma organização de acordo com as expectativas dos usuários: eficiência e eficácia.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de eficiência.

- (A) Capacidade de realizar resultados.
- (B) Grau de realização dos objetivos.

**1. (IDECAN - 2021)**

Considere os seguintes dispositivos constitucionais:

- I. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- II. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- IV. Não haverá júízo ou tribunal de exceção.
- V. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Os princípios constitucionais relativos ao Direito Penal estão contidos nos itens

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.

2. (IDECAN - 2026)

Matar mulher, por razões da condição do sexo feminino, até a Lei nº 14.994/24, era uma qualificadora no crime de homicídio, cuja pena era de reclusão de 12 a 30 anos. A Lei nº 14.994/24 inseriu, no Código Penal, o artigo 121-A, tipificando, de modo autônomo, o crime de feminicídio e cominando pena de reclusão de 20 a 40 anos. João Emílio, 38 anos de idade, psicólogo, em dezembro de 2023, matara a noiva por razões da condição do sexo feminino. No ano de 2025, João Emílio é submetido a julgamento e condenado por ter ceifado a vida de sua noiva. Com base nos fatos narrados marque a afirmativa correta.

- (A) João Emílio é condenado pelo crime de feminicídio previsto no artigo 121-A do Código Penal, com base na retroatividade da lei penal.
- (B) João Emílio é condenado pelo crime de homicídio qualificado, previsto no artigo 121, §2º, do Código Penal, com base na retroatividade da lei penal.
- (C) João Emílio é condenado pelo crime de feminicídio, previsto no artigo 121-A, do Código Penal, com base na ultratividade da lei penal.
- (D) João Emílio é condenado pelo crime de feminicídio, previsto no artigo 121-A, do Código Penal, com a pena privativa de liberdade prevista para o homicídio qualificado previsto no artigo 121, §2º, do Código Penal.
- (E) João Emílio é condenado pelo crime de homicídio qualificado, previsto no artigo 121, §2º, do Código Penal, com base na ultratividade da lei penal.



1. (IDECAN - 2026)

João Américo, 43 anos de idade, primário, é processado criminalmente pela suposta prática do delito de roubo em concurso de pessoas. Ao final da audiência de instrução e julgamento, a magistrada profere sentença condenatória e condena o réu a uma pena de reclusão de cinco anos. Inconformado com a condenação, João Américo interpõe recurso de apelação e requer a invalidação da sentença sob o fundamento de que teria havido cerceamento de defesa na instrução processual. O Ministério Público não interpõe recurso. O Tribunal de Justiça, ao julgar o recurso da defesa, nega provimento ao pedido e, por entender desproporcional a pena aplicada em decorrência da gravidade do crime praticado, aumenta a pena para seis anos de reclusão. Com base nos fatos narrados e no Código de Processo de Penal, marque a opção correta.

- (A) O Tribunal de Justiça, com base no princípio da busca pela justiça real, poderia ter aumentado a pena.
- (B) O Tribunal de Justiça, com base no princípio do juízo natural, poderia ter aumentado a pena.
- (C) O Tribunal de Justiça, com base no princípio da vedação de bis in idem, não poderia ter aumentado a pena.
- (D) O Tribunal de Justiça, com base no princípio da vedação da reformatio in pejus, não poderia ter aumentado a pena.
- (E) O Tribunal de Justiça, com base no princípio da paridade de armas, poderia ter aumentado a pena.

2. (IDECAN - 2023)

São Princípios norteadores do direito processual penal, expressos na constituição, exceto.

- (A) Princípio da presunção da inocência.
- (B) Princípio da publicidade.
- (C) Princípio do favor rei.
- (D) Princípio da autocomposição.
- (E) Princípio da vedação das provas ilícitas.

3. (IDECAN - 2021)

A Lei 13.964/2019, entre as várias alterações na legislação, incluiu o artigo 3º-A no Código de Processo Penal, com a seguinte redação: “O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.”

Portanto, desde a alteração supracitada, está expressa na legislação processual a escolha pelo sistema processual acusatório. Nas alternativas a seguir, enumeraram-se algumas características desse sistema, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- (A) separação entre as funções de acusar, julgar e defender
- (B) os princípios do contraditório e da ampla defesa que informam todo o processo
- (C) a possibilidade de o juiz produzir provas para dirimir dúvidas
- (D) a publicidade dos atos processuais como regra
- (E) a imparcialidade do julgador (o juiz fica equidistante do conflito de interesses instaurado entre partes)

**1. (IDECAN - 2025)**

Aos dezoito anos completos, a pessoa adquire a capacidade plena para a prática por si dos atos da vida civil. Não obstante, a lei admite que certas pessoas, menores de dezoito anos, adquiram a capacidade plena por meio da emancipação: ato jurídico por meio do qual se atribui capacidade jurídica plena a um menor. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta, de acordo o Código Civil.

- (A) Os pais podem conceder emancipação ao filho menor com dezesseis anos completos, mediante instrumento público, dependente de homologação judicial, após manifestação do Ministério Público.
- (B) O casamento civil e religioso é causa de emancipação do menor, após 6 meses da constituição do matrimônio.
- (C) O exercício de emprego público efetivo, com avaliação de desempenho satisfatória, realizada por comissão própria, é causa de emancipação.
- (D) A existência de relação de emprego, desde que em função dela o menor, com dezesseis anos completos, tenha economia própria, é causa de emancipação.
- (E) O menor que inicia curso de ensino superior e obtém estágio na área se torna emancipado.

2. (IDECAN - 2022)

Com base no que institui o Direito Civil, analise as afirmativas a seguir:

I. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

II. A declaração da morte presumida somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

III. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

3. (IDECAN - 2018)

De acordo com o Código Civil vigente, são absolutamente incapazes:

- (A) Os pródigos.
- (B) Os ébrios habituais.
- (C) Os menores de 16 anos.
- (D) Os menores de 21 anos.



1. (IDECAN - 2024)

De acordo com o CPC, os recursos são os meios de impugnação de decisões judiciais, configurando-se como de apelação, de agravo de instrumento, de agravo interno, de embargos de declaração, de recurso ordinário, de recurso especial, de recurso extraordinário, de agravo em recurso especial ou extraordinário e, por fim, de embargos de divergências. Ainda que variados, todos comungam de princípios indelévels, como:

- (A) duplo grau de jurisdição, singularidade, devolutividade, suspensividade, taxatividade, unirecorribilidade, correspondência, fungibilidade e colegibilidade.
- (B) duplo grau de jurisdição, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- (C) duplo grau de jurisdição, hierarquia, legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, motivação, informalismo e da economia processual.
- (D) duplo grau de jurisdição, de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2. (IDECAN - 2024)

Os doze primeiros artigos do Código de Processo Civil em vigor – Lei Nº 13.105/2015 – dispõem sobre as normas fundamentais do processo civil, dentre as quais destacam-se aquelas constantes nos Artigos 9º e 10º, apresentando as seguintes redações:

Art. 9: Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida;

Art. 10: O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os artigos transcritos expressam preponderantemente a

- (A) noção de paridade de armas no processo civil.
- (B) aplicação do princípio da boa-fé objetiva no processo civil.
- (C) compreensão do princípio da instrumentalidade das formas.
- (D) noção de contraditório como garantia de influência e não surpresa.

3. (IDECAN - 2022)

O artigo 2º do Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, dispõe:

o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

Nesse dispositivo encontra-se retratado o seguinte princípio:

- (A) boa-fé processual.
- (B) inércia da jurisdição.
- (C) juiz natural da causa.
- (D) imparcialidade do juiz.
- (E) inafastabilidade do poder jurisdicional.